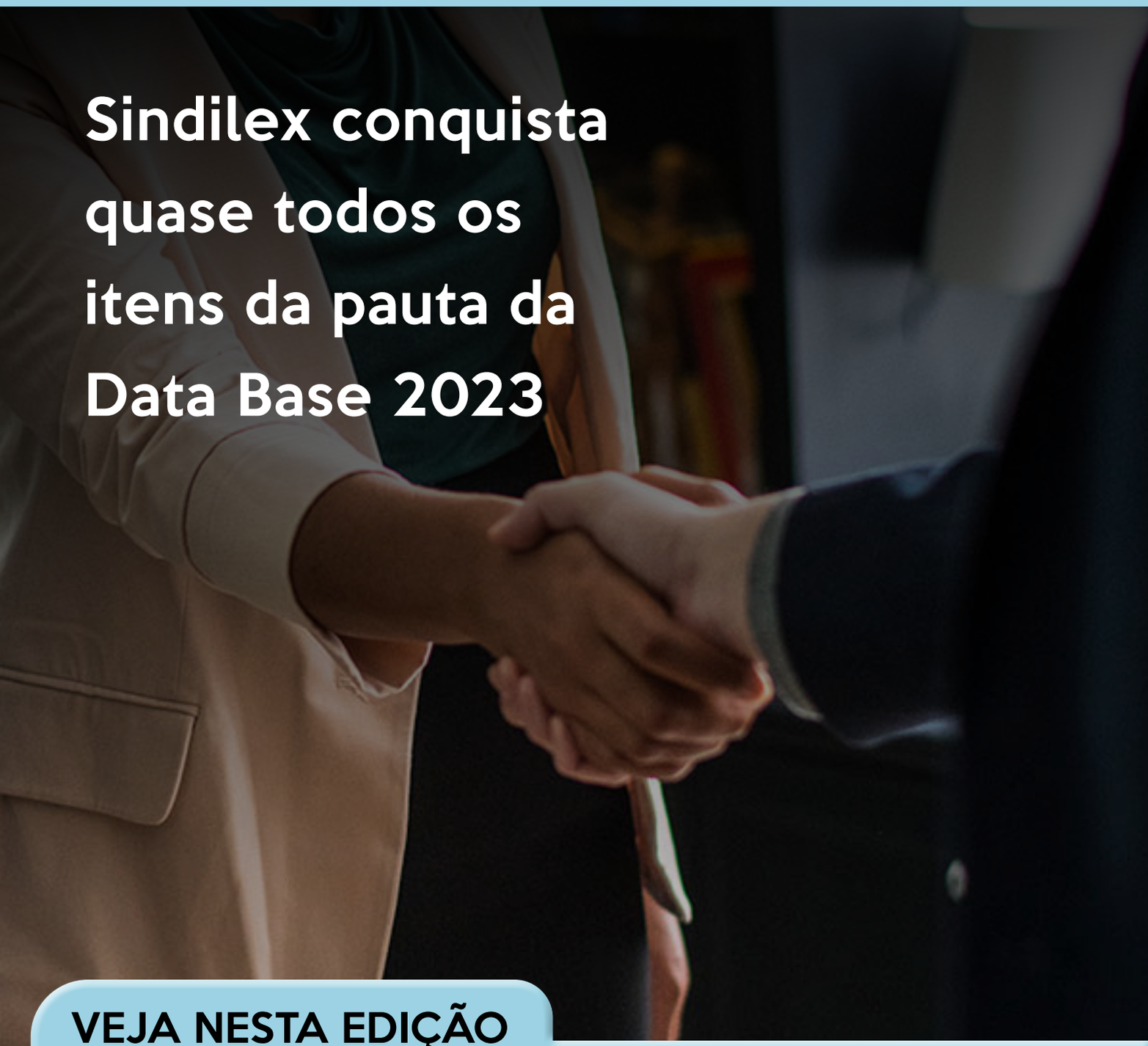
SINDILEX

Fique por Dentro

29 de agosto de 2023 | nº 57

Sindilex conquista quase todos os itens da pauta da Data Base 2023



VEJA NESTA EDIÇÃO

- Andamento da Pauta de Reivindicações CMSP e TCMSP 2023
- Câmara: CIPA realiza eleição em 29 de agosto para a próxima gestão
- Tribunal de Justiça anula desconto em férias de servidores em Licença Saúde

NOTÍCIAS DO SINDILEX

Sindilex garante quase todas as demandas da Data Base 2023

VEJA OS ITENS AINDA EM ANDAMENTO E/OU EM NEGOCIAÇÃO

DESCONTO PREVIDENCIÁRIO APOSENTADOS

Câmara Municipal e TCM: Revogar o artigo da Emenda nº. 41 que alterou a base de cálculo do desconto previdenciário dos 14% sobre os proventos dos aposentados e pensionistas, conforme o aprovado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Lei Complementar nº. 1380, de 04 de novembro de 2022, em que o desconto do servidor aposentado e pensionista no Estado de São Paulo voltou a incidir sobre o que ultrapasse o teto do INSS.

BENEFÍCIO COMPLEMENTAR NUTRICIONAL

TCM: Criar auxílio-alimentação através da lei específica para os servidores aposentados e pensionistas.

SAÚDE DO SERVIDOR

Câmara Municipal

1. Formação de equipe de saúde mental para tratamento da alta prevalência de casos de depressão, ansiedade;

2. Formação de equipe de Serviço de Engenharia, Segurança e Medicina no Trabalho - SESMT;

3. Promover estudos, palestras e debates sobre as causas que levam à alta prevalência de casos de depressão e ansiedade no trabalho;

4. Planejamento de aposentadoria do servidor, com programas como “Nova Etapa de Vida”;

5. Campanha permanente de combate ao assédio moral e sexual;

TCM

1. Formação de equipe de saúde mental para tratamento da alta prevalência de casos de depressão, ansiedade;

2. Formação de equipe de Serviço de Engenharia, Segurança e Medicina no Trabalho - SESMT e Comissão Interna de Prevenção de Acidente - CIPA;

3. Promover estudos, palestras e debates sobre as causas que levam à alta prevalência de casos de depressão e ansiedade no trabalho;

4. Planejamento de aposentadoria do servidor, com programas como “Nova Etapa de Vida”;

5. Campanha permanente de combate ao assédio moral e sexual;

6. Criar fluxo para tratamento dos casos de assédio moral e sexual.

Acesse abaixo as Pautas do Data Base 2023:

Pauta - Reti_Ratificação Data Base 2023 - CMSP

Pauta - Reti_Ratificação Data Base 2023 - TCMSP

AGENDAS E EVENTOS IMPORTANTES

22 e 23/agosto

Visita aos setores da Câmara

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e o vice-presidente, Miguel Lima, estiveram presentes na Câmara Municipal, conversaram com autoridades e dialogaram com servidores em diversos setores sobre as demandas dos servidores e a importância da filiação ao sindicato.

23/agosto

Plantão no TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, esteve presente no Tribunal de Contas, conversou com autoridades e dialogou com servidores em diversos setores sobre o andamento da Data Base e outras demandas.

22 e 24/agosto

Sindilex recebe reuniões do Fórum de Entidades

Nos dias 22 e 24 de agosto, foram realizadas reuniões do Fórum das Entidades do Município de Sâo Paulo no auditório do Sindilex. Na pauta, o debate sobre o Projeto de Lei PL 447/23, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação do Quadro de Analistas de Previdência no Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM.

Dentre as principais preocupações das entidades presentes destaca-se a governança, considerando a redução do poder do Conselho Deliberativo em tomar decisões sobre como aplicar os recursos do IPREM.

Existe receio das aposentadorias e pensões ficarem expostas à possíveis manipulações de recursos por governantes de plantão.

Imagem: reprodução

Imagem: reprodução

SINDICALISMO PELO BRASIL

Encontro técnico da Fenastc aprova documento sobre o Arcabouço Fiscal

O denominado Novo Arcabouço Fiscal, Novo Marco Fiscal ou Regime Fiscal Sustentável foi apresentado pelo Governo Lula, mediante o protocolo do PLP nº 93/2023 na Câmara de Deputados no dia 18/04/2023.

Trata-se de exigência da Emenda Constitucional nº 126/2022, art. 6º, que fixou o prazo até 31/8/2023 para referida apresentação. Uma vez sancionada esta lei complementar, deixam de vigorar os dispositivos do Teto de Gastos aprovado por Temer/Meireles mediante a Emenda Constitucional nº 95/2016 (art. 9º).

O autógrafo da apresentação do projeto vem assinado por Simone Nassar Tebet e Gabriel Muricca Galipolo, respectivamente, Ministra do Planejamento e Orçamento e o então Secretário-executivo do Ministério da Fazenda (atual Diretor de Política Monetária do Banco Central).

Fica a pergunta: por que, tendo prazo de oito meses para apresentar um substituto ao malfadado teto de gastos de Temer, o governo Lula antecipou a apresentação do projeto em três meses e meio e sem discussão com a sociedade? Em que medida essa prática cria consciência social sobre o significado e alcance das políticas macroeconômicas da nação?

Importante destacar que o novo arcabouço permite que cada novo governo defina, no ano inicial de seu mandato, os parâmetros de crescimento de despesa para os quatro anos seguintes. Ele traz mecanismos que permitem o crescimento da despesa, mesmo em momentos de frustração de receita, mas que ainda assim busca uma limitação de crescimento das despesas públicas de modo a garantir superávit primário e a chamada sustentabilidade da dívida pública federal.

Confira textos aprovados no Encontro Técnico:

https://www.fenastc.org.br/?p=2074

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL

Auditoria do Tribunal de Contas da União aponta fragilidades no Novo Ensino Médio

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria operacional para avaliar a governança da política nacional de acesso e permanência no Ensino Médio, com foco no Novo Ensino Médio (NEM) na rede pública. O trabalho contou com a participação de 15 Cortes de Contas do país, sob a relatoria do ministro Walton Alencar Rodrigues.

A perspectiva da auditoria foi verificar a atuação do Ministério da Educação (MEC) na coordenação do processo nacional de implementação do NEM. Além disso, analisou também a articulação do MEC com os sistemas de educação estaduais e o Distrito Federal (DF), no apoio à formação continuada de profissionais da educação e na redução de desigualdades e assimetrias.

A metodologia foi desenvolvida pela Rede Integrar, que é formada por 33 Tribunais de Contas do Brasil. Nessa auditoria, além do TCU, houve a participação dos Tribunais de Contas dos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia e Rio Grande do Sul.

Conclusões

De acordo com o trabalho, há atraso na implementação do NEM, com alto risco de comprometimento da execução ou descontinuidade do programa, causado por deficiências de ordem técnica e operacional do MEC. Também foram identificadas fragilidades nos mecanismos de governança para a implementação do NEM, como a falta de capacidade técnica e administrativa do Ministério da Educação.

O TCU também apontou **ausência de foco** nos resultados das ações na gestão estratégica da implementação do Novo Ensino Médio (NEM). Segundo o relatório, existe, ainda, a possibilidade de redução das dotações orçamentárias, o que ameaça a continuidade de ações para a implementação do NEM. Além disso, foram verificadas falhas no monitoramento e avaliação da implantação do NEM, com baixa transparência e risco de ampliação de desigualdades educacionais.

Leia a matéria completa em:

https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/auditoria-do-tcu-aponta-fragilidades-no-novo-ensino-medio.htm

Câmara dos Deputados poderá votar projeto que limita os juros dos cartões de crédito

Está prevista para esta semana a votação de uma nova regra para os juros dos cartões de crédito. O projeto de lei com nova regra para cobrança de juros é o PL 2685/22, de autoria do deputado Elmar Nascimento (União Brasil/BA) que trata do endividamento das famílias brasileiras e do crédito rotativo e parcelado.

O deputado Alencar Santana (PT/SP), relator do projeto, afirmou na quinta-feira 24/08 que apresentará um substitutivo contendo um prazo de 90 dias após a aprovação do PL para que as instituições financeiras apresentem uma proposta para os juros dos cartões junto ao Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao Banco Central (BC).

Caso as instituições financeiras não apresentem propostas ou caso as propostas não sejam homologadas pelo CNM ou o BC, o relator afirmou que a proposta é o montante máximo dos juros devidos ser o valor da dívida principal, ou seja, se um cidadão deve R$ 1.000, os juros máximos serão de 1.000. Segundo Alencar, recentemente a Inglaterra limitou os juros dessa forma.

A previsão é a de que esse projeto seja colocado em votação de líderes na terça-feira 29/08.

Leia a matéria completa em:

https://www.camara.leg.br/noticias/991463-deputados-podem-analisar-na-proxima-semana-proposta-que-regulamenta-juros-dos-cartoes-de-credito/

Comissão da Câmara de Deputados aprova projeto que descongela o tempo de pandemia para os servidores públicos

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara de Deputados (CASP) aprovou na terça-feira, 22/08, o projeto PLP 143/2020 (e seus apensados), que garante o descongelamento do tempo trabalhado na pandemia que ficou congelado em razão da Lei Complementar 173/2020.

Referido PLP integrava o substitutivo do relator deputado Reimont, (PT/RJ). Dentre os projetos apensados, constava o PLP 21/23 de autoria da Deputada Luciene Cavalcante (PSOL?SP) que além do descongelamento prevê a retroatividade do pagamento dos direitos suspensos pela LC 173/20.

A matéria segue agora para deliberação da Comissão de Finança e Tributação (CFT) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Leia mais em:

https://publica.org.br/2023/08/22/vitoria-aprovado-na-casp-o-plp-21-23-garantindo-descongelamento-do-tempo-de-pandemia-para-os-servidores-publicos/

INFORMES IMPORTANTES

INFORMES IMPORTANTES

Tribunal de Justiça derruba trecho da Lei que descontava férias de servidores em Licença Saúde

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) determinou nesta sexta-feira, 25, a suspensão de um trecho de uma Lei Municipal sancionada pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB) que descontava férias de servidores em licença de saúde. A decisão do relator do caso no Órgão Especial, desembargador Evaristo do Santos, se deu em caráter liminar e vale até o julgamento final da ação.

A ação questionando a constitucionalidade do trecho em questão foi movida pela deputada federal Luciene Cavalcante (SP), pelo deputado estadual Carlos Giannazi e pelo vereador Celso Giannazi, todos do PSOL.

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Hora de taxar os super ricos

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse que o órgão irá enviar ao Congresso Nacional uma MP (Medida Provisória) para a taxação dos fundos exclusivos em breve. A expectativa é que isso seja feita até o fim de agosto.

Hoje há um debate sobre a tributação dos fundos exclusivos, ou seja, os fundos dos super ricos que permite que eles lucrem com os juros da dívida pública às custas do povo. Enquanto os trabalhadores pagam 27,5% na fonte sobre seus ganhos, estes super ricos pagam apenas 15%, e podem ficar anos sem pagar o imposto, só pagando quando fazem o resgate de seus fundos.

Atualmente, o governo tenta antecipar esse pagamento – ou seja, não se trata de aumentar a tributação dos super ricos, mas apenas antecipá-la – e mesmo assim eles não aceitam. O projeto original prevê uma alíquota de 10% quando ocorrer o pagamento antecipado do imposto de renda. A cúpula da Câmara dos Deputados fez uma contraproposta e deve baixar a alíquota para apenas 6%.

Conforme mostra a CNN, apenas 2,5 mil brasileiros aplicam nesses fundos, que acumulam patrimônio de R$ 756,8 bilhões. Cabe ressaltar também que esta é só uma pequena parcela da fortuna dos super ricos aplicada na dívida pública federal, cujo estoque total já ultrapassa R$ 8 TRILHÕES.

Portanto, fica clara a importância da mobilização da sociedade pela tributação dos mais ricos, especialmente sobre os ganhos com juros da dívida pública, e também pela revisão da política de juros, já que ela atende somente a interesses de poucos privilegiados.

https://auditoriacidada.org.br/hora-de-taxar-os-super-ricos/

A “sobrevivência” do mais rico – por que é preciso tributar os super-ricos agora para combater as desigualdades

A Oxfam, organização muito confiável, apresenta um excelente estudo sobre a desigualdade, as suas manifestações e o agravamento radical recente. O documento foi lançado por ocasião da reunião do Fórum Econômico de Davos 2023 e defende o aumento na tributação dos super-ricos para recuperar parte dos ganhos obtidos por meio de lucros excessivos durante a crise iniciada com a pandemia de covid-19.

O 1% mais rico do mundo ficou com quase 2/3 de toda riqueza gerada desde 2020 – cerca de US$ 42 trilhões -, seis vezes mais dinheiro que 90% da população global (7 bilhões de pessoas) conseguiu no mesmo período. E na última década, esse mesmo 1% ficou com cerca de metade de toda riqueza criada.

Pela primeira vez em 30 anos, a riqueza extrema e a pobreza extrema cresceram simultaneamente.

Acesso à matéria em:

https://dowbor.org/2023/01/a-sobrevivencia-do-mais-rico-por-que-e-preciso-tributar-os-super-ricos-agora-para-combater-as-desigualdades.html

ANDAMENTOS DE AÇÕES JUDICIAIS

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria. Veja a seguir o resumo e acompanhe o trâmite atualizado em: https://www.sindilex.org.br/juridico/

Ousar lutar, ousar vencer.

SINDILEX
SINDICATO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL E DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

(11) 3104.1023 (11) 99607.9578
sindilex@sindilex.org.br